A porta giratória no campo da reparação: dispositivos de governança e trajetórias profissionais na gestão de desastres minerários

Uma análise desde o caso Samarco/Vale/BHP Billiton em Minas Gerais [[1]](#footnote-1)

Lucila Paula Melendi, FSOC-UBA y CEUR-CONICET/Argentina

Palavras-chave: desastre, governança, reparação

**Introdução**

 Nos últimos vinte anos, o crescimento exponencial das exportações brasileiras de ferro e o processo de flexibilização da política ambiental convergiram na proliferação de desastres que se estendem no tempo e no espaço, afetando sujeitos sociais de forma diferenciada a partir de processos de vulnerabilização sócio-históricos. O desastre da Samarco, Vale e BHP Billiton, produzido "por um conjunto padronizado e rotinizado de processos políticos, institucionais e econômicos que tem propiciado o neoextrativismo no Brasil" (ZHOURI, 2019, p. 43), entrou violentamente na agenda pública após o rompimento da barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015[[2]](#footnote-2). Desde então, agentes governamentais de diferentes ordens, juntamente com as empresas responsáveis, têm mobilizado formas de tratamento de conflitos ambientais (como a formação de espaços de negociação e assinaturas de acordos) no intuito de gerir a crise, ou seja, "pacificar as disputas e dar garantias jurídicas aos empreendimentos" (ZUCARELLI, 2018, p. 228).

 Nesse contexto, em março de 2016 foi celebrado o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) entre a Advocacia Geral da União (AGU) e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e a Samarco, Vale e BHP Billiton, na qual estava prevista a criação de uma fundação privada, mantida pelas empresas, encarregada de elaborar e executar as medidas previstas para a "recuperação, mitigação, remediação e reparação, inclusive indenização, pelos impactos socioambientais e socioeconômicos" causados pelo rompimento (BRASIL, 2016a, p. 3; p. 12) [[3]](#footnote-3). O TTAC foi contestado uma Força Tarefa do Ministério Público, que aos poucos passou a conformar uma coalizão de instituições de justiça que contestava a linha de ação estatal liderada pela AGU. Ao mesmo tempo em que os danos aos diferentes sujeitos sociais foram revelados e transformados ao longo do tempo, o andaime institucional para lidar com o desastre foi se transformando e deu origem ao que foi chamado por agentes estatais e empresas como uma "governança" de crescente complexidade.

 Nesse sentido, proponho pensar a evolução da “governança” como uma dimensão propriamente institucional do desastre da Samarco, Vale e BHP Billiton[[4]](#footnote-4). Refere-se a um dispositivo complexo cuja estrutura básica foi delineada no TTAC, documento em que se esboçou a particular economia de visibilidades (OLIVEIRA, ZHOURI e MOTTA, 2020) do que viria a ser chamado de "reparação". Esse acordo previa a implantação de quarenta e dois programas de atendimento a danos "socioambientais" e "socioeconômicos" conceituados antes de qualquer diagnóstico. Por uma manobra da AGU, o TTAC tinha sido homologado por uma instância sem competência no caso, e sua homologação foi declarada nula em julho de 2016. Porém, a fundação foi criada e iniciou suas atividades em 2 de agosto desse mesmo ano.

 No município de Mariana, uma Ação Civil Pública (ACP) iniciada pelo promotor local contra Samarco, Vale e BHP Billiton garantiu às vítimas a restituição do direito à moradia, assistência financeira, aluguel de casas temporárias e assessoria técnica independente para que os atingidos pudessem negociar com as empresas de forma informada. Ao longo dos anos seguintes, a Força-Tarefa rio Doce conseguiu extender alguns desses direitos ao resto da bacia. Desta forma, discutiu-se a necessidade de um novo acordo que contemplasse a ampla participação das pessoas atingidas. Esse processo ensejou um Termo de Acordo Preliminar (TAP) entre o MP e as três empresas, que previa a contratação de peritos para subsidiar à Força-Tarefa na elaboração de diagnósticos (BRASIL, 2017a); um Termo Aditivo ao TAP, que previa a contratação de entidades ao longo de toda a bacia, para agir como assessorias técnicas independentes a serviço dos atingidos, seguindo o modelo de Mariana (BRASIL, 2017b); e, finalmente, o TAC Governança (TAC Gov) em substituição do Acordão (BRASIL, 2018). Em síntese, tais acordos apresentavam uma nova arquitetura institucional para a fiscalização das atividades da Fundação Renova.

A criação da Fundação pode ser lida, em termos de Benson e Kirsch (2010), como uma iniciativa de engajamento estratégico, quando a corporação é forçada a se envolver ativamente com seus críticos e participar da formulação de políticas que regulam e gerenciam os problemas do setor. Em casos catastróficos específicos, a tendência tem sido transferir a responsabilidade ambiental para um terceiro. Neste caso, o governo e as empresas anunciaram a criação do ente como uma medida inovadora que poderia se tornar um modelo para lidar com futuros desastres. Isso me levou a pensar na Fundação Renova como um laboratório de intervenções sociais.

Com o passar do tempo e diante do desastre de Brumadinho, em que as instituições de justiça rejeitaram por completo as possibilidades de intervenção da Fundação (MPF, 2019), ela passou a ser apontada como responsável pela morosidade na reparação. No entanto, houve efeitos derrame (Gudynas, 2016) do caso rio Doce para a gestão de desastres. Embora a Fundação tenha sido impedida de intervir diretamente, as instituições de justiça adotaram parte do dispositivo de governança do caso. Em parte como resultado da Política Estadual dos Atingidos por Barragens (PEAB) (aprovada em Minas Gerais pela Lei Nº 23795 de 15/01/2021), que garante assistência técnica independente às comunidades atingidas, por exemplo.

 Para explorar as possibilidades e os limites de pensar a Fundação Renova como laboratório, recupero a noção de “porta giratória”, apontada por Zhouri (2019, p. 47) como uma das questões subjacentes na produção de desastres. Essa tática “consiste na circulação de funcionários da empresa para cargos de confiança no governo, ou na contratação por grandes empresas de servidores públicos que ocupam cargos públicos estratégicos” (Milanez et al 2018, p. 131), produzindo o trânsito de informações e tráfico de influências que compromete as ações de licenciamento e fiscalização.

 Partindo de uma concepção ampla da noção de "porta giratória", proponho olhar para além do trânsito entre gestores e funcionários do Estado, e me pergunto sobre os fluxos de circulação do capital simbólico representados na trajetória de alguns dos gestores e trabalhadores da Fundação Renova. De onde vieram para a Fundação? Para onde eles foram em seguida? O que eles ensinaram ou aprenderam lá? Que efeitos esse trânsito produziu além do caso particular, para a “governança” dos desastres mineiros? Para responder a essas perguntas, reconstruí a composição de alguns órgãos de governo da Fundação Renova, tracei as trajetórias profissionais de seus integrantes por meio da rede Linkedin e entrevistei nove pessoas que trabalham ou já trabalharam para a Fundação Renova[[5]](#footnote-5).

**"O central": o Conselho Curador e os Presidentes da Fundação Renova**

Eu acho muito pouco eficiente, porque você fica criando gerências mas as pessoas que estão na gerência são as mesmas, aí eu não sei se tem que trocar são as pessoas, ou são os nomes das gerências. Porque as pessoas são as mesmas, e o processo continua do mesmo jeito, a reparação, sabe. Então a gente que fica na ponta (...) acho que tem muita dificuldade em entender… O central não conversa. O Central manda um email dizendo que mudou a estrutura. Mas ninguém sabe por que que criou essa área, por que que criou aquela. Você só sabe que tem muitas pessoas fazendo a mesma coisa (Entrevista 1, 17-5-2022).

 Em trabalho anterior caracterizamos a Fundação Renova como uma "forma corporativa" (MELENDI e LOPO, 2021). O poder decisório na Fundação está concentrado na figura do Conselho Curador, que constitui o principal órgão regulador, deliberativo e de controle administrativo da instituição. Seus membros não têm qualquer independência em relação à empresa que os emprega e indica ao cargo, uma vez que esta pode substituí-los a qualquer momento, “sendo certo que a perda do empregatício ou do vínculo estatutário com o Mantenedor que o indicou será considerado motivo suficiente para tal substituição” (RENOVA, 2019, art. 20). Além disso, sua responsabilidade é considerada não solidária, isto é, "não respondem individual nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Fundação” (RENOVA, 2019, art. 17) e o mandato não está resguardado por um prazo permanente que lhes dê margem de ação. Assim, os membros do Conselho Curador podem ser considerados delegados das empresas, com obrigação de representá-las e sem possibilidade de alterar os mandatos dados por elas.

 Nas duas configurações do Conselho Curador, tanto a disposta no TTAC como na aprimorada no TAC Gov, as empresas mantiveram um número suficiente de cadeiras para garantir quórum e maioria em qualquer decisão, sem precisar negociar com representantes do poder público nem dos atingidos. Já as possíveis divergências entre as três mantenedoras são resolvidas nos bastidores, sem que tenhamos conhecimento, até o momento, das disputas entre elas em torno do processo de reparação. Em alguma medida, sua representação paritária no Conselho Curador é um arranjo institucional que as força ao consenso[[6]](#footnote-6).

O Conselho Curador aparece nas narrativas dos entrevistados como o espaço em que as iniciativas mais inovadoras são travadas com argumentos contábeis ou jurídicos, gerando uma inadimplência não condizente com as necessidades do território. Isso levou vários deles a afirmarem que a Fundação Renova não tem autonomia.

(...) falta um direcionamento nela, que vem lá do Conselho. Agarra no Conselho. Tudo que você vai fazer tem que passar pelo Conselho. Você vai fazer a obra da Praça, ai falta uma torneira, você tem que ir lá no Conselho. O Conselho reune uma vez por mes, até resolver passou um ano. Já aconteceu de a Renova começar uma obra com todo licitado, aprovado pelo Conselho, eles refizeram os cálculos e mandaram fazer de novo. Perdeu-se todo o trabalho (Entrevista 1, 17-5-2022).

 Essa falta de autonomia para executar aparece em sua fala como um limite ao trabalho das equipes que estão “na ponta”, aquelas que atuam em *nos territórios, nos municípios, que falam diretamente e levam o problema lá.*

 Uma análise da composição do Conselho Curador ao longo do tempo revela alguns padrões. Em primeiro lugar, entre a criação da Fundação em agosto de 2016 e a aprovação do TAC Gov, em agosto de 2018, o Conselho Curador manteve sua composição, em uma estrutura composta por representantes das três empresas com certa divisão professional do trabalho: cada empresa colocou um advogado corporativo e um economista ou administrador de empresas. A partir de 2018, com a complexidade da “governança”, Vale e BHP Billiton assumiram diretamente três cadeiras cada. Dois dos três representantes de cada empresa eram advogados corporativos, revelando a importância que o aspeto judicial representa para eles. A prioridade na tomada de decisões é dada pelas implicações legais e contábeis de cada uma. Já o terceiro representante, em ambos os casos, era engenheiro. Vale destacar que naquele ano começaram as obras para o reassentamento de Bento Rodrigues, considerado a comunidade “vitrine” do desastre. Essas coincidências sugerem uma estratégia coordenada.

 Na seguinte figura se indicam os integrantes do Conselho Curador cada ano. Em negrito estão os advogados corporativos, sublinhados estão os economisas ou administradores de empresas. Em amarelo, os representantes do poder público, em rosa as mulheres, e em laranja o único gerente com experiencia na própria Fundação que foi absorvido por BHP Billiton como representante no Conselho Curador.

 No entanto, vale destacar as diferenças entre os representantes da Vale e da BHP Billiton. Enquanto os representantes da Vale têm experiência ou vínculos com o Estado, os representantes da BHP Billiton estão mais ligados a experiências internacionais, morando no exterior, no Equador ou no Chile, por exemplo. Percebe-se que a BHP avançou na cooptação de pessoas de maior capital social vinculadas ao território ao contratar profissionais que conheceu na Fundação Renova, como Nélio Brumer (inicialmente representante da Samarco e, após o passo pela BHP, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, desde onde impulsionou a pauta do *Environmental, Social & Governance* no setor), Juliana Carneiro (quem tinha trabalhado durante dez anos na Vale, e voltou a ela depois do passo por BHP) ou Tângari (o único executivo da Fundação que passou a integrar o Conselho até julho de 2022).

 Somente em 2019 cada uma das empresas incorporou uma representante feminina, proporção que se mantém até julho de 2022. Notadamente, as mulheres tendem a ocupar cargos relacionados ao meio ambiente ou relações com a comunidade, o que atualmente é conhecido como “ESG” no setor de mineração. Todos os membros do Conselho são brancos, o que se repete até o nível gerencial. Algumas dessas pessoas são estrangeiras e têm seu local de trabalho em outros países. Absolutamente todos vêm de mineradoras com longa história, e os que não fazem mais parte do Conselho Curador saíram para trabalhar em outras grandes corporações. Esta é uma primeira reconstrução da composição do orgão, cujo análise deverá ser aprofundado.

 A princípio, as consequências dessa preeminência dos diretores das mineradoras podem ser pensadas de duas maneiras. Em primeiro lugar, em relação aos seus compromissos com a empresa empregadora, cujos interesses podemos presumir que serão priorizados sobre os dos atingidos. Em segundo lugar, em termos da importação de um certo *ethos* cultural das organizações mineiras impressas na cultura da organização nascente. Alguns entrevistados se referiram às consequências de uma certa *cultura da mineração* dentro da organização da Fundação Renova, bem como destacaram as diferenças entre *mineração* e *reparação*.

(...) a mineração funciona em caixas. A mineração, ela não é gerida (...) como um sistema. Ela funciona assim: tem a Manutenção; tem a Operação de Mina; tem a Comunicação; tem o RH; tem o Desenvolvimento… e são como se fossem pequenas empresas dentro de uma empresa gigante. E aí a hierarquia é muito forte. Então, essas partes, para elas funcionarem, elas precisam de um Diretor. Por isso a coisa do Diretor, dos Executivos na mineração é muito forte, porque essas são as pessoas que fazem as partes conversar. Mas na base, elas não conversam. E a Renova traz essa cultura de gestão da mineração, porque todo mundo que vai para Renova de alguma forma tinha uma relação… muitas pessoas já tinham passado pela mineração (...) o fato da Renova remunerar muito bem, assim como a mineração, e entrar com essa gestão muito parecida com a mineração (...). A morosidade da tomada de decisão, ela vem dessa estrutura rígida, burocrática, difícil, que a mineração ela é assim até hoje (Entrevista 2, 6-6-2022).

 Assim, é possível perceber que a *reparação* se consolidou como mercado de trabalho, uma parcela do mercado em que determinados profissionais estão se especializando e que, segundo eles, não é totalmente compreendida por aqueles que participam do negócio de mineração. No discurso de alguns trabalhadores da Fundação Renova, a *reparação* representa um campo de trabalho diferente da *mineração*. Assim, se distingue da *operação da empresa*.

Eu discordo com essa máxima de que é a mesma coisa. Discordo com isso. (...). Acho que a Samarco… todo o corpo técnico da Samarco estava na reparação. (...) E não tinham a menor competência para lidar com reparação. Isso estava sendo um problema muito grande para a qualidade da reparação. Quando a Renova, ela acontece (...) a empresa ela volta a existir no seu corpo técnico, então essas pessoas, esses engenheiros e tal, eles começam a voltar para a empresa e a Renova começa a fazer umas contratações mais técnicas na área social. Isso foi fundamental para esse processo (...) não dava para a empresa continuar fazendo a reparação (Entrevista 2, 6-6-2022).

 A figura do Diretor Presidente apresenta-se como um diplomata para exercer funções de diálogo com outros agentes institucionais. O primeiro Diretor, Roberto Silva Waack, é biólogo pelo Instituto de Biologia da Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Administração de Empresas pela FEA-USP. Tem uma onga trajetória vinculada a grandes organizações internacionais do ambientalismo de resultados (ZHOURI, 2006) e ficou encarregado de dotar á Fundação Renova de uma estrutura própria, compatível com uma organização do terceiro setor. Nesse sentido, pode-se dizer que ele desenhou o posicionamento socioambiental da Fundação (BRONZ, 2011, p. 81) mas não só isso, mas prestou seu próprio capital social ao assumir o papel de portavoz da organização e permitir que o Conselho Curador, verdadero orgão de governo da entidade, trabalhase nos bastidores (WAACK, 2016).

O Waack tinha uma orientação mais socioambiental. O André, ele tem uma orientação mais executiva. Eu acho que foram momentos diferentes da Fundação (...). O Waack, ele teve a incumbencia de montar a estrutura da fundação, fazê-la acontecer. Quando ele passou para o André… e todo esse processo de diálogo com a sociedade como um todo, é muito da… vem muito da expertise e da orientação do Waack. Quando mudou para o André, foi uma questão muito mais de fazer a estrutura entregar. Processos… entregar obras… entregar os programas, fazer a coisa funcionar como um processo executivo, sabe? (Entrevista 3, 13-12-2021).

Durante os primeiros anos de sua gestão, Waack insistiu na necessidade de resolver o problema dos “cedidos” pelas empresas (trabalhadores das empresas mantenedoras que prestavam serviço à Fundação), e de ter um plano organizacional próprio, disputas que se refletem nas Atas do Conselho Curador entre 2016 e 2018. Por outro lado, negociou pessoalmente um contrato de USD 959.400 com a International Union for Conservation of Nature (IUCN) para que, entre janeiro de 2018 e janeiro de 2023 se constituíssem como um painel de especialistas.[[7]](#footnote-7)

Waack deixou o cargo de Presidente da Renova em novembro de 2019, em meio a denúncias de estar envolvido no comercio ilegal de madeira na Amazônia. Em seu lugar, assumiu o então Diretor Socioeconómico e Socio Ambiental, André de Freitas. É engenheiro florestal pela USP. Antes de ser Diretor da Fundação Renova, foi Diretor Geral do Forest Stewardship Council (FSC) na Alemanha e Diretor Executivo da Rede de Agricultura Sustentável, em San José, Costa Rica. No Brasil, foi Diretor Executivo do Imaflora (que ele define como uma "ONG socioambiental") e trabalhou para o Rabobank, desenvolvendo "políticas e sistemas para tornar os investimentos e empréstimos do banco mais sustentáveis".

Em 2019, o mandato de Freitas inauguró uma etapa em que a *definitividade* passou a ser o conceito norteador das obras.

Virou se uma chave nesses últimos dois anos, ano e meio ai, da “definitividade”. Se fala muito hoje em “definitividade”. Essa palavra, não sei se você já ouviu ela de pessoas que você conversou, é uma palavra que está muito em boga hoje na Renova, “Precisamos que as ações tenham definitividade. Precisamos resolver” (Entrevista 4, 5-5-2022).

 Assim, os Diretores Presidentes conseguem imprimir algumas mudanças na organização, mas não têm poder decisório sobre o Conselho Curador, e desconhecem muitas das realidades do território, que estão encapsuladas no programa Diálogo ou no trabalho das equipes de Relacionamento Institucional. Assim, consolida-se uma dicotomia entre duas fundações: Renova *central* e Renova *na ponta*, que por vezes também aparecem como distinção entre *Renova de BH* e *Renova de Mariana*, ou entre *gerentes* e subordinados, entre quem as condições de trabalho não seriam tão bem pagas quanto entre os que vêm da mineração. Algunos trabalhadores da Renova chegam a se denominar como *atingidos pela reparação.*

**"A ponta": os analistas de Diálogo e Relacionamento Institucional**

(...) um problema pequeno pode acarretar um problema grande, o prefeito pode simplesmente falar "Ah, não, aqui no meu municipio a Fundação Renova não pisa mais" (...). Então o trabalho do RI é também contornar essas situações críticas. Internamente você traz essa demanda, aciona as áreas envolvidas (...) se for necessária uma articulação, o jurídico, DDHH, a gente vai atrás. Então o papel, para além de articulação, é de mediador também. Mediação para evitar conflitos (Entrevista 5, 20-12-2021).

 "Na ponta", as áreas de Relacionamento Institucional e Diálogo trabalham juntas, embora dependam de Diretorias diferentes[[8]](#footnote-8). Vou contar uma situação vivenciada recentemente por colegas de pesquisa, para mostrar como operam estas equipes.

 Barretos é uma pequena comunidade rural pertencente ao distrito de Barra Longa, muito próxima à comunidade rural de Campinas, pertencente ao distrito de Mariana.Os moradores de Barretos terem uma relação muito mais próxima com Mariana do que com Barra Longa, considerando o acesso a serviços como bancos, postos de saúde, escolas, etc. o que, segundo narrado em relatos de campo, tem causado diversos transtornos no processo de reparação do desastre. Em 19 de abril de 2022, após gestões do GESTA e com a abertura pós-pandemia, recebeu pela primeira vez desde o rompimento da barragem de Fundão a visita de uma procuradora do Ministério Público que fazia parte da Força-Tarefa Rio Doce havia um ano. Nessa ocasião, atingidos contaram para a procuradora problemas com a alimentação animal, e ao “cartão” (AFE), pois muitas pessoas que o recebiam tiveram seu valor reduzido, ao passo que várias outras nunca nem chegaram a recebê-lo. Outro problema é vinculado a currais constroidos pela Renova que estão com problemas no telhado, ou onde a passagem da lama fez com que o terreno ficasse abaixo do nível do rio, de modo que são frequentes os alagamentos na área. Apesar dos atingidos terem reclamado inúmeras vezes com a Renova sobre essa questão, somente quando a organização ficou sabendo que a procuradora iria até o local que os reparos começaram a ser feitos, justamente no dia anterior à visita. Após uma reunião coletiva na Igreja, a procuradora se despediu dizendo que Barretos agora “está no radar” (Gesta. Relato de campo, 19-4-2022).

 Em 27 de julho de 2022 a Fundação Renova marcou uma reunião com os atingidos de Barretos na paróquia da comunidade. A reunião começou às 19 h, foi conduzida por um representante *de RI*, quem apresentou outros funcionários presentes designando-os como equipes de apoio. Ele abriu a reunião informando que iriam ficar até as 20 horas e que casos individuais que fossem levados *á equipe de diálogo* teriam um retorno posterior. Também informou que estavam ali a convite da prefeitura para os devidos esclarecimentos (Gesta. Relato de campo, 27-7-2022).

 Os funcionários de RI e Diálogo foram acompanhados por funcionários da área "Uso Sustentável da Terra" (UST) e de "de Infraestruturas Complexas" que responderam aos problemas apresentados pelos atingidos se justificando na má qualidade do serviço e da falta de compromisso das terceirizadas contratadas. Também esteve presente um representante da prefeitura, quem informou aos atingidos sobre obras sendo licitadas. Finalmente, o representante de RI avisou que a reunião estava chegando ao fim e disse que a partir do dia seguinte a “equipe do diálogo” passaria a atuar fortemente, segundo ele, dois analistas da equipe Diálogo presentes nesse dia irão atender as demandas individuais, devem vir sempre a partir de agora para levantar os problemas da região (Gesta. Relato de campo, 27-7-2022).

 A situação é representativa do modo articulado de atuação das equipes de Relacionamento Institucional e Diálogo da Fundação Renova, dependentes de diferentes Diretorias. As equipes atuam com o mesmo objetivo em relação aos diferentes públicos: o RI atende ao poder público e o Diálogo atende aos atingidos. Nenhum deles tem autonomia para resolver problemas, mas eles coletam e organizam as informações, que são direcionadas para áreas específicas da Fundação, que muitas vezes dão como resposta que o problema está nas empresas terceirizadas, e assim há uma pulverização das responsabilidades.

 Segundo entrevista oficial concedida por um representante da Fundação Renova, na estrutura de relacionamento institucional da Fundação estão "RIs do território, estados e governo federal". A estrutura de relacionamento institucional tem a função de se articular com o parlamento para desativar as CPIs, com os diversos órgãos do poder público que compõem o Comite Interfederativo (CIF), para ali agilizar suas diretrizes, e com os municípios atingidos pelo desastre, com os quais devem negociar a implementação da maioria das ações.

Primeiro, a gente tem relação com o CIF, que é formado de órgãos. Então, esses órgãos, os membros do CIF são subordinados a órgãos públicos. Então, muitas vezes a gente tem que ter relação com o órgão público para que possa fluir bem a relação com o CIF. Além disso, existem casos específicos de licenciamento… de políticas públicas… que precisam ser definidas por esses órgãos públicos. Ai tem alguns casos que são de responsabilidade federal, em alguns casos a responsabilidade é municipal, alguns casos a responsabilidade é estadual, nós precisamos nos relacionar direto (...) (Entrevista 3, 13-12-2021).

De um modo geral, toda ação de governo acaba sendo fiscalizada ou pela assembléia federal, ou pelas câmaras de vereadores, ou pelo congresso nacional... A gente precisa estar sempre atualizando aqueles parlamentares que têm relação com o tema. Então, por exemplo, Minas Gerais: nós temos 30 municípios mineiros que foram afetados na calha do rio Doce. Esses municípios, eles têm parlamentares da bancada tanto estadual quanto federal, que estão sempre acompanhando as ações, os acontecimentos daquela região… que foram eleitos. Esses deputados, mineiros, da Assembléia Legislativa, que são da calha, que se interessam pelos temas da calha, ou os do Congresso Nacional, mineiros, que se interessam pela questão da calha, eles tem que estar sempre atualizados do processo, acompanhando o processo, porque eles tem várias iniciativas. Por exemplo, já houve tentativa de CPI contra a Renova. CPI é Comissão Parlamentar de Inquérito. Um interdito público que é feito pelo Parlamento, seja estadual ou federal, para determinar determinado assunto. Esses inquéritos têm força jurídica. O resultado deles é uma ordem judicial. Então a nossa relação é manter os parlamentares atualizados e tentar negociar e discutir para que isso não ocorra. Porque seria mais uma paralisação do processo (Entrevista 3, 13-12-2021).

 Os Especialistas do RI Territorio têm agendas semanais com os municípios sob sua responsabilidade. Eles se reúnem semanalmente com os prefeitos e secretários municipais com quem têm que tratar de algum assunto. Além disso, estão disponíveis para “algum tipo de dificuldade de um cenário específico” (Entrevista 5, 20-12-2021), em que buscam criar as articulações necessárias para avançar com determinado trabalho. Nas reuniões semanais com os prefeitos, há demandas específicas que são apresentadas à Fundação Renova por meio de seu RI, como a solicitação de visita a Barretos, conforme explicado pelo representante do RI na reunião do dia 27 de julho.

 Assim, o trabalho das equipes de RI e Diálogo é mais o de pacificadores, por meio de uma domesticação e estandarização dos conflitos (BRONZ, 2011, p. 307) a partir do tratamento em rituais participativos que coadyuvam a reduzir seu potencial crítico. Para atingir esse objetivo, muitas vezes colocam seu capital social em jogo.

 Entre os dezessete profissionais que compunham a equipe de RI da Fundação Renova em dezembro de 2021, a maioria veio da Vale e quatro, incluindo o Coordenador dos municipios mais críticos, do governo estadual, de onde carregam capital social vinculado à articulação com os movimentos sociais que lhes dá a flexibilidade necessária para atuar em contextos altamente críticos. Até onde pude reconstruir, os profissionais da mineração que já passaram pelo RI, voltaram à mineração. Aqui o capital social da Vale se revela nas articulações com governos de todas as ordens, advindos de sua história particular como grande empresa estatal. Essa é uma de suas principais diferenças com a BHP Billiton.

Por outro lado, enquanto ao Diálogo, com o rompimento da barragem do Fundão, a consultoria responsável pelo relacionamento com as comunidades da Samarco (no contexto das licenças de operação dos mineroducto e do porto) continuou trabalhando sem remuneração por três meses, no período de "*first response*". Fez os investimentos necessários em termos de logística e pessoal no trecho entre Bento Rodrigues e Candonga. Esse gesto se refletiu em uma aliança entre a consultoria e a empresa. Com a criação da Fundação Renova, a consultoria assumiu o Programa Diálogo[[9]](#footnote-9) em alguns distritos e já em 2022 possui três contratos de calha completa. Além disso, passou a tratar com a CEMIG, mineradoras, questões exigidas pelo novo marco regulatório da mineração e muitos contratos do PEAB. Seu crescimento foi paralelo ao da Fundação Renova e com uma estrutura organizacional em *espelho*.

 O Diálogo é um "programa meio", para os quais o território da bacia é dividido em seis partes. Os agentes do Diálogo encaminham as informações para os programas *finalísticos*, como aconteceu na situação narrada. O programa Diálogo realiza reuniões coletivas (conforme Deliberação 216 da CIF) e reuniões individualizadas, em seis territórios: Mariana, Alto Rio Doce, Médio Rio Doce, Calha, Baixo Rio Doce e Foz. Para isso, foi preciso desenvolver um "*Sistema de Gestão de Stakeholders*" (SGS) que consite em um software onde registrar e organizar todas as *Ações de Diálogo* individualizado. Todos os dados são de propriedade da Renova, e não foi possível determinar quem tem acesso a ele.

Por ser um programa meio (...) ele se acha num entre lugar, porque ele está muito perto do atingido, ouve aquelas demandas, aquelas dores, das pessoas ali, e ele tem que de alguma forma encadear isso para dentro, mas ele não tem de certa forma, potência política da Fundação para que aquilo caminhe. Não está envolvido em todas as esferas decisórias dentro da Fundação (Entrevista 4, 5-5-2022).

 Em certa ocasião, um entrevistado me contou com orgulho a ocasião em que foi especialmente chamado para desbloquear a ocupação de um imóvel da Fundação Renova em um município altamente conflituoso, pois os atingidos não aceitavam falar com qualquer outra pessoa. Perguntei a ele se quando ele desarmar um conflito e as demandas não forem atendidas, se as pessoas deixam de confiar nele. Ele disse que deveriam, mas isso não acontece "*porque eles me conhecem*". Isso significa que eles sabem que quem quebrou sua palavra foi a organização e não ele? É dizer, que seu capital social pode ser "comprado" pela Fundação Renova e transferido a ela? Que os fatos não importam porque o vínculo de amizade é mais forte? Que afinal o que importa para as pessoas é manter seu canal de diálogo com as empresas, o mensageiro, além dos resultados da mensagem?

**Circulação do capital simbólico no campo da reparação**

 Para os entrevistados com mais experiência em mineradoras, o que hoje se chama "Diálogo" é um novo nome para o trabalho do "Relacionamento com Comunidades".

O Diálogo, as empresas mudaram o nome. É o Relacionamento com as comunidades… atingidas. Conversar com as pessoas, ouvir, e levar para elas também a fala da reparação, que é que pode ser feito, que é que não pode ser feito. Na Renova sempre foi Diálogo. As empresas que estão mudando o nome de 'Relacionamento com as comunidades' para 'Diálogo'. Diálogo, você faz uma certa mediação. Porque tinha muita manifestação no início, porque não concordavam, paravam o trem da Vale, paravam as operações, e a gente do Diálogo que ia lá conversar (Entrevista 1, 17-5-2022).

Segundo depoimento de uma pessoa entrevistada, a Fundação Renova é um laboratório da *reparação*, e as consultorias são os laboratórios da Fundação. A *reparação* é um segmento de mercado ao que as consultorias aspiram, e que se diferencia do relacionamento com a comunidade na área do licenciamento e das condicionantes.

A ideia de relacionamento, tradicionalmente é falar o que que a empresa é, e acolher manifestações negativas, fazer algumas reuniões de alinhamento, assim… sei lá… começou a poluir mais, você tem que ir lá conversar com as pessoas… ou "Ah, tá fazendo barulho”, aí tem que ir lá conversar… O relacionamento ele está muito ligado aos passivos ambientais (Entrevista 2, 6-6-2022).

 A consultoria que desenhou o Diálogo da Fundação Renova cresceu por "espelhamento". Oferece entre seus produtos a elaboração do "Plano de Emergência em Barragens de Mineração, estudo de pré-viabilidade ambiental e cadastro socioeconômico das populações impactadas". As “soluções” oferecidas são: Diálogo Social com Comunidades; Licenciamento e Condicionantes Ambientais; Investimento Social Privado; Estudos Socioeconômicos e Indicadores; Avaliação de resultados, estudos de Impacto e viabilidade; Monitoramento e Avaliação de Projetos. Atualmente a empresa conta com seis escritórios ao longo do Rio Doce para atendimento ao projeto de Diálogo Social junto à Fundação Renova, além de escritórios no Pará e Mato Grosso.

Por outro lado, os entrevistados que trabalharam para consultorias a serviço da Renova, afirmaram que as ATIs [assessoria técnica independente] foram uma ideia "são necessárias". O perfil dos funcionários da Renova é de doutorado, mestrado, pós-graduação. É difícil entender um ao outro (Entrevista 1, 17-5-2022). Assim, a possibilidade de trabalhar em consultorias técnicas independentes, principalmente em um contexto em que o governo nacional e estadual mudou de direção, ampliou o mercado de trabalho para cientistas sociais e profissionais em geral, que rejeitam a ideia de trabalhar para mineradoras. Embora no caso do Rio Doce a contratação de consultorias não tenha sido implementada em grande parte do território, esse direito foi incorporado à PEAB, e foi implementado de diversas formas em Paraopeba, Itatiaiuçu, Conceição do Mato Dentro, entre outros casos. Porém, a partir das trajetórias reconstruidas o que se percebe é o transito de profissionais em algumas direções: desde empresas mineradoras à Fundação Renova e daí de volta à empresa original ou a outra empresa mineradora; desde consultorias à Fundação Renova e, desde aí, as vezes a empresas mineradoras; de Vale u desde a Fundação Renova à BHP Billiton; do Estado à Fundação Renova. Fluxos desde ou para ATIs parecem estar mais vinculados à grupos de pesquisa universitários, Estado e/ou instituições de justiça.

O relacionamento com as comunidades mineradoras é agendado, e o analista de diálogo não pode falar de nada que não seja seu objetivo do dia, mesmo quando tem elementos para resolver o problema. Já no campo da reparação o diálogo é mais *aberto.*

Eu só aprendi na Renova. Na verdade, a Renova me fez desconstruir muito do que eu tinha como conceito de trabalho. Conceito técnico, sabe? (...) A reparação não é mineração. E eu voltei para a mineração agora e eu te afirmo com certeza, o diálogo da reparação tem que ser um diálogo ousado (...). As pessoas que cuidam do diálogo da Fundação, elas começaram a enxergar que deveria ser dessa forma para conseguir ter abertura, para conseguir andar com o processo. Então, assim, esse Diálogo ele passa muito por isso, por ser ousado, por levantar junto com o analista do Cáritas e dizer “Não”, na hora, na frente de todos, isso foi mudando [...] (Entrevista 6, 25-5-2022).

Meu aprendizado foi muito nessa construção (...) hoje a Fundação tem capacidade para… Mas as mantenedoras, Vale, elas não entendem esse processo. Então, elas continuam exigindo da Fundação que ela execute um processo padrão (...). Então, você vai trabalhar sobre remoção, você fica limitado a remoção. Ah, conversaram comigo sobre capinar (...) vou pensar, vou estudar, vou devolver para vocês, trago (...) você não pode falar… você registra. É isso. É um relacionamento que a própria reparação de Brumadinho fala: o Diálogo da Vale é diferente do Diálogo da Vale na reparação (Entrevista 6, 25-5-2022).

Muitas pessoas dessa consultoria foram "absorvidas" pela Renova e, a partir daí, "absorvidas" pela Vale, porque a Vale "paga mais". Outro entrevistado se referiu a isso como sendo "introjetado" pela Renova. A Renova tem muita rotatividade de pessoal, mas dependendo de para onde os trabalhadores migram, a memória do processo e as lições aprendidas se perdem ou não. Por exemplo, no caso de circulação entre a Renova e os consultores por ela contratados, a memória do processo não se perde, pois continuam trabalhando nos mesmos territórios.

Ela exporta pessoas para reparações. Sim, com certeza. E para todos os territórios de Minas que estão tendo esse processo de barragem e tal, provavelmente você vai achar gente que já trabalhou na Renova… (Entrevista 2, 6-6-2022).

 Os contatos de “relacionamento com as comunidades” são das pessoas. Assim contou uma pessoa entrevistada, que ao sair da Vale reuniu todos os contatos de lideranças que tinha, *"inimigos da Vale"*. A relação com as comunidades depende do capital social construído pelo analista do território, que ao sair de uma organização leva consigo os contatos. Quando explicam histórias de sucesso, o sucesso dos analistas como "pacificadores" se baseia no fato de serem conhecidos no território. Não está claro para mim o que esse conhecimento significa, mas sim que constitui um valor.

 Assim, várias pessoas que passaram pelo Relacionamento Institucional da Fundação Renova vieram da Vale, onde construíram seu capital social a partir de vínculos com o governo de Minas Gerais e diferentes instâncias do governo federal, e se reintegraram à Vale ou a outras mineradoras depois de seu tempo na Fundação.

No reassentamento [rio Doce] trabalhei só na parte institucional. A Renova não tinha asesso com a CEMIG, com o COPAM. Eu que abri tudo (Entrevista 1, 17-5-2022).

Aqueles que vêm da gestão de estado são em menor número, mas valorizados pela flexibilidade e capacidade de lidar com cenários altamente críticos. Quem tem capital social associado a movimentos sociais o utilizou para facilitar parcerias ou diminuir o nível de conflito durante a visita do grupo de deputados contra a Renova, por exemplo.

Os agentes de diálogo que passaram pela Fundação Renova tendiam a se frustrar. Alguns relatando aprendizados e outros criticando duramente a morosidade na gestão da própria Fundação, atribuída principalmente ao controle exercido pelos mantenedores do “centro”, que não entendem as necessidades de quem trabalha “na ponta”.

[Na Renova] quase ninguém vem do Estado. A marioria vem de privadas. Da Vale mesmo, da Samarco, muitos da Samarco; tem gente de BHP. Uns vão dar aula, outros vão para mineração, outros cantar. Profissionalmente vou falar por mim, eu não aprendi nada (Entrevista 1, 17-5-2022).

Dos que passaram pelo Diálogo, há os que hoje continuam atuando na consultoria, atuando como agentes de divulgação das práticas e tecnologias desenvolvidas no mecanismo de governança do desastre do Rio Doce.

Eu parto de que o conhecimento está nas pessoas, e as pessoas alimentam a consultoria. Ai, tem como consultoria, na reparação, souberam apropriar esse conhecimento. Técnicas. (...) são as pessoas que alimentam a reparação, elas tinham que estar em campo, elas tinham que trabalhar à noite. Muita gente que foi no começo saiu, não porque não deram conta, porque… a reparação ela testou um pouco da nossa vocação. Porque você ia trabalhar e não tinha hora para voltar. Você ia numa reunião às 18 horas … escritório… chegava lá e tinha 200 pessoas. "Ah não, comunidade tinha umas dúvidas" (...) e essas consultorias estavam desde o começo. Então, aprenderam (Entrevista 6, 25-5-2022).

Esses consultores são contratados pela Vale, AngloAmerican e outras grandes empresas para intervir em casos de conflito ambiental. Outros retornaram ao mercado de mineração, onde ainda dizem que não conseguem implementar inovações, dada a rigidez de seus roteiros. Aqueles que tentaram ingressar no circuito das ATIs tiveram problemas decorrentes de sua experiência anterior no atendimento a grandes corporações.

Uma das formas pelas quais as consultorias se tornam veículos de divulgação de novas práticas empresariais, reproduzindo o novo mercado da reparação e colocando em circulação capital técnico específico é por meio do "espelho" de estruturas organizacionais: cada Coordenador do Território da Fundação Renova corresponde a um Território Coordenador da consultoria que atua no programa Diálogo, o Especialista da Fundação corresponde a um Consultor Sênior da consultoria, sendo então espelhados os analistas do diálogo[[10]](#footnote-10). O espelhamento também se reflete no desenvolvimento de instrumentos específicos que posteriormente podem ser comercializados para outros clientes, como a SGS, onde um dos módulos é "Ação de Diálogo".

**Concluções**

Há um campo incipiente de reparação que é formado pelos órgãos do poder público que intercedem (notadamente as instituições de justiça MP e Defensoria), empresas de engenharia e outras que realizam obras de reconstrução, consultores especializados em cadastros socioeconômicos, diagnósticos de comunidades tradicionais e partes interessadas sistemas de gestão e diálogo, advogados do ramo indenizatório e indenizatório, organizações do terceiro setor que prestam assessoria técnica independente aos atingidos, nos termos do PEAB, e grupos de pesquisa vinculados ao tema. Não sei até que ponto pode ser pensado como um campo (diferente do campo jurídico ambiental) ou melhor como um mercado de trabalho em coincidência com a ideia de “indústria de desastres”, ou em todo caso qual seria a fronteira.

Após o desastre do Fundão, primeiro, e Brumadinho, depois, a “reparação” se consolidou como uma área diferenciada de atuação dentro das empresas.

Uma entidade do terceiro setor é uma entidade ambígua, às vezes ambivalente. Fuja de algumas das críticas das mineradoras. Nesse sentido, foi o cenário de maior circulação do que outros tipos de organizações.

Vê-se a absorção pelas mineradoras de capital social proveniente do Estado ou de gestões territoriais anteriores. Por outro lado, percebe-se uma utilização de determinado capital na figura dos "assessores". Enquanto há trânsito de pessoas do Estado para as empresas, não se identificaram trajetórias inversas, das empresas para o Estado, no ámbito da reparação.

Por outro lado, as ATIs são fechadas para quem vem de empresas ou consultorias, então acabam captando recursos humanos do Estado, movimentos sociais, ONGs ou universidades. Vale a pena explorar mais.

**Bibliografia**

BENSON, Peter & KIRSCH, Stuart. Capitalism and the Politics of Resignation. In: **Current Anthropology**, Vol. 51, No. 4 (August 2010), pp. 459-486, 2010.

BRASIL. **Termo de Ajustamento Preliminar (TAP) entre Ministério Público Federal, Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP, de 18 de janeiro de 2017a**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/termo-de-acordo-preliminar-caso-samarco>. Acesso em 25/11/2021.

BRASIL. **Termo Aditivo** **(ao TAP) entre Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP, de 16 de novembro de 2017b**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/aditivo-tap>. Acesso em 25/11/2021.

BRASIL. **Termo de Ajustamento de Conduta relativo à Governança (TAC Governanca) entre Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, União Federal, Estado de Minas Gerais, Estado de Espírito Santo, Samarco Mineração S/A, Vale S/A, BHP Billiton Brasil Ltda. e Fundação Renova, de 25 de junho de 2018**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/tac-governanca>. Acesso em 25/11/2021.

BRASIL. **Nota de esclarecimento da Força Tarefa Rio Doce** (MPF, MPMG, MPES, DPF e DPES fazem alerta sobre possível atuação da Fundação Renova no caso Brumadinho). 28 jan. 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/nota-de-esclarecimento-da-forca-tarefa-do-rio-doce>. Acesso em 25/11/2021.

BRONZ, Deborah. **Empreendimentos e empreendedores:** formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI. Tese (Doutorado em Antropologia) - Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://es.scribd.com/document/260710632/Empreendimentos-e-Empreendedores>.

GESTA. Mapa dos conflitos ambientais de Minas Gerais. **Ficha Técnica. O desastre do rio Doce: rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP em Mariana.** Última atualização em 4-11-2021. Disponível em: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=579 (Acesso em: 25-7-2022).

IUCN. **Painel Rio Doce**. Disponível em: https://www.iucn.org/pt/our-work/region/south-america/our-work/our-work (Acesso em: 25-7-2022).

MELENDI, Lucila; LOPO, Rafael M. A Fundação Renova como forma corporativa: Estratégias empresariais e arranjos institucionais no desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton no Rio Doce, Mariana (MG). **AMBIENTES.** Volume 3, Número 2, 2021, pp. 206-250. DOI: https://doi.org/10.48075/amb.v3i2.28438

OLIVEIRA, Raquel S. T; ZHOURI, Andréa; MOTTA, Luana D. Os estudos de impacto ambiental e a economia de visibilidades do desenvolvimento. **RBCS** VOL. 36, 2020 N° 105 /2021. DOI: 10.1590/3610501/2020 (15/03/2021).

WAACK, Roberto. "Restauração no Rio Doce será modelo", diz biólogo responsável". **Exame.** 2016. Disponível em: https://exame.com/brasil/restauracao-no-rio-doce-sera-modelo-diz-biologo-responsavel/

ZHOURI, Andréa. O ativismo transnacional pela Amazonia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. **Horizontes Antropológicos**, ano 12, n. 25, pp. 139-169, 2006.

 ZHOURI, Andréa. Desregulação Ambiental e Desastres da Mineração no Brasil: uma Perspectiva da Ecologia Política. Em: **Dossiê desastres e crimes da mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho** / Edna Ramos de Castro, Eunápio Dutra do Carmo. – Belém: NAEA: UFPA, pp. 43-53, 2019.

 ZUCARELLI, Marcos. **A matemática da gestão e a alma lameada. Os conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineracao Minas-Rio e no desastre da Samarco**. Tese de doutorado. Antropología, UFMG, 2018.

1. Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022. [↑](#footnote-ref-1)
2. Em 5 de novembro de 2015, a barragem de rejeitos de Fundão, de propriedade da Samarco (uma joint venture da Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltd.) desmoronou. A torrente de rejeitos atingiu o rio Doce e se arrastou ao longo de 600 km até desaguar no oceano, atingindo mais de 40 municípios mineiros e capixabas, da bacia do rio Doce e o litoral do ES, que foram afetados de diversas formas; matou imediatamente dezenove pessoas, resultou no deslocamento compulsório instantâneo de centos de famílias de Mariana e Barra Longa (MG) que ainda permanecem em moradias temporárias e continua afetando as estratégias de reprodução social das populações ribeirinhas, entre as principais atingidas. Para uma descrição do caso e seus desdobramentos, consultar GESTA (2021). [↑](#footnote-ref-2)
3. O TTAC não se inscreve no paradigma da reparação integral dos direitos humanos da Comissão Interamericana de DH, por isso os termos aqui elencados não tem hierarquia e, no processo de reparação, são utilizados pelas empresas segundo estratégias jurídicas contingentes. [↑](#footnote-ref-3)
4. Ultrapassa os limites deste trabalho, mas é importante destacar que o auge do desastre ocorreu paralelamente ao golpe institucional que derrubou a presidente Dilma Rousseff e às eleições de Bolsonaro, ou seja, coincide com um período de turbulência política na escala nacional. [↑](#footnote-ref-4)
5. Aquí se citam alguns trechos de seis dessas entrevistas, identificadas com um número aleatório para preservar o anonimato das pessoas entrevistadas. [↑](#footnote-ref-5)
6. É interessante assinalar que, nos anos em que a Fundação Renova foi mantida pela Vale e BHP Billiton, as duas cadeiras da Samarco no Conselho Curador foram repartidas equitativamente entre as duas Mantenedoras Secundárias. De modo que entre 2018 e 2021 o Conselho Curador teve três representantes da Vale, três da BHP e nenhum indicado pela Samarco. Por outro lado, enquanto não existe possibilidade de que as cadeiras das empresas estejam vacantes (RENOVA, 2019, art. 21), o Conselho tem funcionado de forma permanente sem a participação de atingidos, que nunca ocuparam os dois lugares reservados a representantes das Câmaras Regionais. [↑](#footnote-ref-6)
7. O Painel do Rio Doce se apresenta como "um Painel Independente de Assessoria Técnica e Científica (ISTAP), convocado e gerenciado pela UICN para fornecer recomendações objetivas para a restauração da bacia hidrográfica do Rio Doce" (IUCN, 2022). [↑](#footnote-ref-7)
8. Em abril de 2022, havia a Diretoria de Relacionamento Institucional, com sua respectiva Gerência Geral, da que dependem outras quatro Gerências, uma das quais é "Relacionamento Institucional Mariana/Barra Longa", coordenada por uma pessoa que em 2015 trabalhava para o Estado, na Mesa de Diálogo do Governo de Pimentel. [↑](#footnote-ref-8)
9. Além de prever a criação de uma fundação de direito privado, o TTAC estabeleceu a gramática particular das respostas institucionais, entre as quais 42 programas socioeconômicos e socioambientais. Entre eles, o Programa 06 de "Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social". [↑](#footnote-ref-9)
10. Vale destacar que a Cáritas, organização que presta ATI aos atingidos de Mariana, mudou recentemente sua estrutura organizacional para transformar sua área de "Mobilização Social" em "Diálogo". [↑](#footnote-ref-10)